

# Dívida impagável

JORNAL DO BRASIL

Barbosa Lima Sobrinho

**C**ONFESSO que hesitei no título: dívida impagável. Mas consultei Mestre Aurélio, e vi que todos os sentidos do adjetivo se ajustavam ao presente problema da dívida externa brasileira ou terceiro mundista. Impagável quer dizer que não se pode, ou não se deve pagar. Mas também significa assunto muito engraçado, cômico, excentrífico, ridículo, hilariante. Não será tudo isso a idéia do pagamento da dívida externa? Tanto mais que não somos nós os únicos que a achamos impagável. Nem precisamos invocar a opinião de Fidel Castro. Há manifestações muito mais significativas, como, por exemplo, a da poderosa e impagável Senhora Margaret Thatcher, que eu quase ia chamando Rainha da Inglaterra, mas que é muito mais do que isso, como Chefe do Gabinete que governa aquele país.

Pois que foi a Senhora Thatcher que tanto considerou impossível o pagamento da dívida, com a restituição dos dólares que não vieram, que lembrou, como alternativa, a idéia de entregar, em compensação, as ações que traduzem o domínio da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, e até mesmo da Eletrobrás, como começo de conversa. Não creio que a Senhora Thatcher tivesse pensamento tão revoltante, como espoliação ou assalto, se não considerasse de todo impossível o pagamento da dívida em moeda de curso internacional. Não a estou difamando quando a incluo entre as primeiras pessoas que consideraram impagável a dívida externa do Brasil.

Tanto mais que não foi apenas a Sra. Thatcher que assim pensou. Também concordava com ela o austero e sisudo Sr. Kissinger, cuja voz, de tons acentuadamente graves, bem que poderia ser a voz da bolsa de Wall Street, se ela pudesse ou quisesse falar. Para o Sr. Kissinger haveria solução fácil para o problema da dívida externa:

bastaria admitir que o pagamento, em vez de dólares, fosse realizado com a emissão de papel-moeda. Nem haveria necessidade de trocar o cruzeiro por dólares. Bastaria armazenar as emissões em lugares convenientes. Poderiam ser até mesmo cofres-fortes subterrâneos, ou imensos galpões protegidos contra o fogo. O resultado seria o mesmo, com a desvalorização crescente do cruzeiro, para que o dólar pudesse comprar o que entendesse. No fundo, os dois planos se completariam, o da Sra. Thatcher e o do Sr. Kissinger, num projeto entreguista em que se atribuisse ao dólar um poder incontrastável, dentro das fronteiras brasileiras. Qual seria a sorte do Brasil, quando um dólar passasse a valer cem, duzentos mil, um milhão de cruzeiros? Já estamos nesse caminho, com o dólar a dez mil cruzeiros, que leva o Brasil a trabalhar de graça para os portadores de dólares. Os subsídios surgem para isso mesmo, para cobrir a depreciação do cruzeiro, no mercado internacional.

O que é curioso é que já tivemos um Ministro do Planejamento que entendia que não haveria mal em dever, se o pagamento se fizesse em moeda nacional dos países devedores. O que estaria certo, se o devedor não dependesse senão de si mesmo. Mas, desde que tem necessidade de vender e de comprar, o resultado último seria esse mesmo de trabalhar de graça para os outros, como num regime de escravidão em que a soberania nacional se transforma em vitupério, quando não num cruel sarcasmo, pagando, pelas mercadorias exportadas, talvez mais do que os seus felizes consumidores em terras estrangeiras. Para se comprovar que o Sr. Kissinger sabe muito bem o que está propondo, e qual o verdadeiro beneficiário de suas fórmulas e de suas idéias. Nem se precisa delas, para que o dólar se inclua no plano da guerra nas estrelas, obediente ao virgiliano *sic itur ad astra*. É assim que se chega àquele céu, em que cabe ao



Presidente Reagan desempenhar as funções e exercer os poderes de Jupiter Tonante. Quando o mérito final é menos da Casa Branca do que dos banqueiros venturosos, que se acastelam em Wall Street.

Por isso, Fidel Castro se vale da situação mundial, para tirar proveito, para a sua causa, dos excessos, ou dos erros dos banqueiros internacionais, e insiste numa campanha irresistível, para demonstrar que a dívida não poderá ser paga, seja qual for a intenção do Terceiro Mundo. Suas palavras já chegaram ao Brasil, através da reportagem de Joelmir Betting. E não é apenas ele que entende que não há possibilidade de satisfazer os compromissos da dívida externa do Terceiro Mundo. Também nos Estados Unidos, além do Sr. Kissinger, há que contar com o Sr. LaRouche, e com a publicação irreverente que é *The Executive Intelligence Review*. O Sr. LaRouche é um político de algum prestígio no Partido Democrático, ao ponto de se incluir entre os candidatos, na disputa da

indicação para a Presidência dos Estados Unidos. E sua proposta para a solução do problema da dívida externa do Terceiro Mundo parte de uma redução drástica dos juros impostos aos devedores. Nada acima de 2%, diz ele, em face de uma realidade em que há juros acima de 20%. Será justo cobrar, não direi dos governantes, mas do povo sofrido desse Terceiro Mundo, juros de 22%, "juros obscenos, na linguagem de Fidel Castro, juros imorais".

Essa é a essência do problema. Os empréstimos foram tomados pelos governos, mas é o povo quem vai pagar. E como exigir dele esse imenso sacrifício, se nem sequer foi ouvido no contrato dos empréstimos, feitos, em sua quase totalidade, pelo Poder Executivo, sem a intervenção do Poder Legislativo, ou sem qualquer aprovação popular?

Os empréstimos foram tomados em estado de necessidade, para acudir aos prazos do vencimento das dívidas, o que vale dizer sob a influência de uma coação irresistível. Na ausência do verdadeiro pagador, que é o povo e não os governos. Tendo por objeto uma obrigação indeterminada, como o pagamento de juros móveis. Os argumentos de ordem moral estão agora do lado dos devedores, e não dos credores, que se cobrem com o gorro dos usurários. De uma lado Harpagão; do outro, povos que lutam contra a miséria. Será difícil a opção, num mundo realmente livre?

A falta de apoio moral para a cobrança das dívidas justifica que cada país devedor faça as suas contas, e fixe os limites dos pagamentos que se propõe fazer. Há que traduzir em algarismos a recessão que se deseja evitar. Ou o desemprego que se repudia. Ou a fome do povo que se admite possa estar em jogo. E se o problema é mundial, por que não encará-lo e resolver em termos também mundiais? Para manietar os especuladores dos petrodólares, intimidados pelo número imenso dos espoliados.